



RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA, INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO SETOR MINERAL

Percepções de *Stakeholders* Estratégicos

Exposibram 2025

APOIO:



REALIZAÇÃO:



FICHA TÉCNICA

Realização:

Instituto Mondó e Movimento União BR

Parceria Institucional:

IBRAM

Coordenação da Pesquisa:

Rodrigo Arruda e Júlia Jungmann

Equipe Técnica:

Liara Bambirra, William Demes, Danielma Rocha,
Mariana Loyola Santos, Clara Célia Ferreira e Emanuelle Meira

Coleta de Dados:

Exposibram 2025 – Salvador (BA)

Período de Coleta:

27 a 30 de outubro de 2025

Amostra:

329 respondentes

Método:

Pesquisa quantitativa, transversal, descritivo-analítica

AGRADECIMENTOS

A pesquisa **Percepções de Stakeholders Estratégicos – Exposibram 2025** é uma iniciativa do Instituto Mondó e do Movimento União BR, com o objetivo de contribuir para o debate público sobre responsabilidade social, investimento privado e emergência climática no setor mineral.

Acreditamos que a geração e a disseminação de conhecimento é um dos pilares para o cumprimento de nossas missões na busca por apoiar e melhor direcionar o investimento social privado no Brasil. Agradecemos ao Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, que confiou no nosso trabalho ao viabilizar esta pesquisa durante a realização do maior evento de mineração da América Latina, a EXPOSIBRAM (edição 2025). Agradecemos também a todos os participantes do evento que colaboraram voluntariamente com suas percepções. Este relatório reflete o compromisso conjunto com a transparência, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da governança socioambiental.



SOBRE O INSTITUTO MONDÓ

O Instituto Mondó atua no desenvolvimento sustentável em rede, unindo iniciativas de educação, saúde, infraestrutura e renda em territórios vulneráveis. Nosso projeto-piloto no Arquipélago do Marajó já tirou centenas de pessoas da extrema pobreza e busca ampliar oportunidades e fortalecer pessoas para serem protagonistas de suas próprias histórias. Ao longo dos últimos anos, amadurecemos nossa metodologia e partimos para um novo momento de ampliação de novos territórios e parcerias.

ATUAMOS COM OS SEGUINTE PRODUTOS SOCIAIS:

Projetos de impacto socioambiental customizados

Voluntariado estudantil e corporativo

Diagnósticos territoriais participativos

Produção acadêmica

Projetos via leis de incentivo

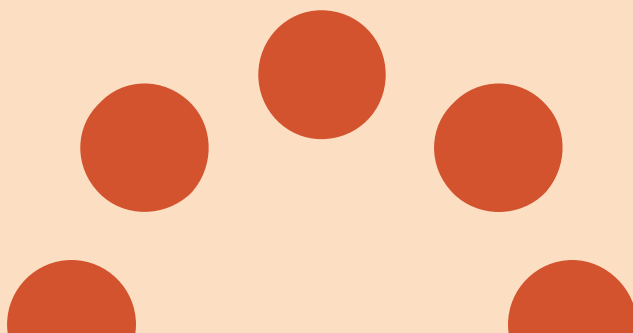
Advocacy



SOBRE O MOVIMENTO UNIÃO BR

O Movimento União BR é um movimento nacional apartidário que reúne voluntários de todo o Brasil e foi fundado em março de 2020. A entidade está presente em todos os estados brasileiros e já beneficiou mais de 30 milhões de pessoas. Pautado pelo compromisso de deixar um legado nas regiões onde atua nas frentes de educação, saúde e habitação, o Movimento acumula mais de R\$400 milhões arrecadados e destinados à doação de equipamentos de proteção individual (EPI), à aquisição e distribuição de toneladas de alimentos, à criação de leitos, equipamentos e insumos hospitalares, bem como à construção de habitações e reforma de escolas.

Dentre as principais ações do Movimento União BR, destacam-se o apoio aos povos indígenas Yanomamis, o auxílio na reconstrução de estados afetados pelo grande volume de chuvas — como Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco —, a criação de um *hub* de distribuição de recursos básicos na Romênia para vítimas da guerra da Ucrânia, entre outras.



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
ÍNDICE	5
APRESENTAÇÃO	7
SUMÁRIO EXECUTIVO	8
METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO	9
AMOSTRA	13
RESULTADOS	17
ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS/RECOMENDAÇÕES	31
BIBLIOGRAFIA	34



APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta os resultados de pesquisa realizada durante a **Exposibram 2025**, com o objetivo de compreender como diferentes *stakeholders* percebem a atuação do setor mineral em **Responsabilidade Social Corporativa (RSC), Investimento Social Privado (ISP) e enfrentamento da emergência climática**.

A relevância do estudo decorre da centralidade estratégica do setor mineral na economia brasileira e do aumento das expectativas sociais relacionadas à sustentabilidade, à governança e à mitigação de impactos ambientais. Em um contexto marcado pela intensificação de eventos climáticos extremos, pressão regulatória e maior escrutínio público, torna-se fundamental compreender como o setor é percebido por seus públicos estratégicos.

A pesquisa adotou abordagem quantitativa, com aplicação de questionário estruturado durante o evento, envolvendo **329 participantes**. O instrumento foi construído com base em referenciais contemporâneos sobre responsabilidade corporativa, investimento social e riscos climáticos. A análise dos dados combinou **estatística descritiva e testes de associação, buscando identificar padrões de percepção e diferenças entre grupos**.

O documento está organizado de forma a apresentar, inicialmente, uma síntese dos principais achados, seguida da descrição detalhada da metodologia empregada, da análise dos resultados e, por fim, das considerações finais e recomendações estratégicas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A primeira parte do instrumento teve como finalidade explorar a percepção dos envolvidos com o setor mineral a respeito de Responsabilidade Social Corporativa. A RSC é compreendida, na literatura, como o conjunto de práticas empresariais que incorporam preocupações sociais, ambientais e éticas às estratégias corporativas, indo além do cumprimento de exigências legais. Nessa perspectiva, a empresa assume **compromissos com múltiplos stakeholders, incluindo comunidades locais, trabalhadores, poder público e sociedade em geral.**

As questões desse bloco buscaram avaliar o grau de compromisso percebido das empresas, os elementos considerados centrais na definição de responsabilidade social e a qualidade da comunicação institucional.

A segunda parte do instrumento abordou o Investimento Social Privado. O ISP é entendido como a aplicação voluntária e planejada de recursos privados em projetos de interesse público, com foco em impacto social estruturante. Diferentemente de ações pontuais ou filantrópicas, o **ISP pressupõe estratégia, monitoramento e alinhamento com objetivos de desenvolvimento territorial.** As perguntas desse bloco investigaram critérios de alocação de recursos, prioridades territoriais e áreas temáticas consideradas estratégicas.

A terceira parte concentrou-se na emergência climática. O conceito de emergência climática refere-se ao reconhecimento da gravidade e urgência da crise climática, marcada pelo aumento da frequência e intensidade de eventos extremos e pela necessidade de ações imediatas de mitigação e adaptação. Nesse bloco, buscou-se **compreender como os respondentes avaliam o papel do setor mineral na prevenção de riscos, recuperação ambiental, adaptação de infraestruturas e preparação das comunidades.**

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Enquadramento Teórico

O presente estudo adota abordagem quantitativa, de natureza transversal e descritivo-analítica, estruturada a partir da convergência entre três eixos conceituais: **Responsabilidade Social Corporativa (RSC)**, **Investimento Social Privado (ISP)** e emergência climática. A articulação desses referenciais orienta diretamente o delineamento metodológico, a construção do instrumento de coleta e a estratégia analítica adotada.

A Responsabilidade Social Corporativa é compreendida como o compromisso voluntário das empresas em integrar preocupações sociais, ambientais e éticas às suas operações e às interações com seus públicos de interesse, conforme definição consolidada pelo Grupo de Estudos, Fundações e Empresas (2020). A formulação clássica de Carroll (1991), ao estruturar a pirâmide da responsabilidade social em dimensões econômica, legal, ética e filantrópica, fornece base analítica para compreender a atuação empresarial como fenômeno multidimensional. Essa compreensão é ampliada pela Teoria dos *Stakeholders*, de Freeman (1984), segundo a qual a legitimidade organizacional depende da capacidade de responder às expectativas de todos os grupos afetados pelas atividades empresariais.

No setor mineral, caracterizado por forte territorialização e elevado potencial de impacto socioambiental, a RSC assume papel central na construção de legitimidade social e na prevenção de conflitos, aspecto destacado por Bambirra (2022). A incorporação de critérios ESG às estratégias corporativas e às recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD, 2023) reforçam a necessidade de integrar riscos socioambientais e climáticos à governança empresarial.

O Investimento Social Privado emerge, nesse contexto, como uma das principais expressões operacionais da RSC. Diferentemente da filantropia tradicional, o ISP caracteriza-se por planejamento estruturado, monitoramento sistemático e avaliação de impacto, conforme apontam Deboni (2013) e Degenszajh e Ribeiro (2013).

O processo de consolidação institucional do ISP no Brasil, impulsionado por organizações como o Gife, reforça sua centralidade estratégica no campo da sustentabilidade empresarial. Voltolini (2013) destaca que, nas organizações em que a sustentabilidade está incorporada à cultura corporativa, o investimento social passa a integrar um conjunto mais amplo de práticas responsáveis, transcendendo iniciativas pontuais. A territorialização dos investimentos no setor mineral, frequentemente concentrados nas áreas diretamente impactadas pelas operações, reforça o vínculo entre RSC, desenvolvimento local e construção da licença social para operar (Bambirra, 2022).

A emergência climática introduz nova camada de complexidade à governança empresarial. Relatórios do IPCC (2023) indicam que o aquecimento global já ultrapassou 1,1°C em relação aos níveis pré-industriais, intensificando eventos extremos. No Brasil, dados do INPE (2024) e do CEMADEN (2024) evidenciam aumento na frequência de enchentes, secas prolongadas e incêndios florestais, com impactos mais severos em territórios vulneráveis.

A agenda climática, conforme destacam as diretrizes do Marco de Sendai e da Agenda 2030 (ONU, 2015; ONU, 2015b), demanda integração entre mitigação, adaptação e fortalecimento da resiliência socioeconômica. Em setores intensivos em recursos naturais, como o mineral, tais exigências ampliam a responsabilidade corporativa para além do cumprimento regulatório, incorporando dimensões preventivas e estruturantes (OECD, 2023; World Economic Forum, 2024).



Desenho Metodológico

É neste enquadramento teórico que se estrutura o desenho metodológico da pesquisa. O estudo foi realizado durante a Expositram 2025, evento ocorrido em Salvador (BA), entre 27 e 30 de outubro de 2025, que reuniu múltiplos *stakeholders* do setor mineral. A escolha do locus empírico fundamenta-se na perspectiva da Teoria dos Stakeholders (Freeman, 1984), uma vez que o evento congrega representantes empresariais, organizações da sociedade civil, gestores públicos e pesquisadores, permitindo captar percepções de diferentes públicos estratégicos.

O instrumento de coleta foi um questionário estruturado, elaborado a partir da operacionalização dos construtos derivados do referencial teórico. A construção do instrumento seguiu processo sistemático que envolveu definição conceitual prévia das dimensões analíticas, formulação de itens alinhados à literatura e teste preliminar para verificação de clareza e consistência.

No eixo da RSC, as questões foram formuladas com base nas dimensões propostas por Carroll (1991) e nos princípios da ISO 26000, buscando mensurar percepções relativas à integração da sustentabilidade à estratégia empresarial, ao cumprimento de responsabilidades legais e éticas e à qualidade das relações com *stakeholders*.

No campo do ISP, os itens incorporaram elementos distintivos destacados por Deboni (2013), como planejamento, avaliação de impacto e orientação para resultados sustentáveis, bem como aspectos relacionados à legitimidade social e territorialização dos investimentos, conforme discutido por Bambirra (2022) e Voltolini (2013).

No que se refere à emergência climática, o questionário contemplou dimensões relacionadas à responsabilidade do setor na mitigação de emissões, na adaptação a riscos climáticos, na comunicação de riscos e na preparação comunitária, em consonância com recomendações do IPCC (2023), TCFD (2023) e Marco de Sendai (ONU, 2015).

Operacionalização e Delineamento Amostral

A aplicação do instrumento foi realizada presencialmente, por meio de abordagem face a face com utilização de *tablets*, assegurando padronização na coleta e redução de erros de registro. Os pesquisadores passaram por treinamento específico, visando uniformizar procedimentos e minimizar variações na abordagem. O tempo médio de aplicação foi de aproximadamente cinco minutos, estratégia que buscou reduzir custo cognitivo e maximizar taxa de resposta em ambiente de alta circulação. A participação foi voluntária, e não foram coletadas informações pessoais sensíveis.

O delineamento amostral adotou plano probabilístico com estratificação por sexo e região de origem, critérios definidos com base na hipótese de que percepções sobre responsabilidade empresarial e riscos climáticos podem variar conforme características sociodemográficas e territoriais. O tamanho mínimo da amostra foi calculado considerando erro amostral de 5%, conforme parâmetros clássicos apresentados por Cochran (1977) e Kish (1965). A amostra final foi composta por 329 respondentes, incluindo profissionais do setor mineral, representantes da sociedade civil, gestores públicos e pesquisadores.

Plano Analítico

No plano analítico, foram empregadas técnicas de estatística descritiva para caracterização da amostra e para a apresentação das distribuições de frequência das variáveis investigadas. As proporções observadas foram analisadas de forma comparativa entre grupos definidos pelos estratos amostrais e demais categorias de interesse.

Para verificar se as diferenças observadas entre proporções eram estatisticamente significativas, utilizou-se o teste do qui-quadrado de Pearson, amplamente empregado na análise de associação entre variáveis categóricas (Agresti, 2013). De maneira intuitiva, esse teste permite avaliar se as diferenças identificadas entre grupos são suficientemente grandes para indicar que não ocorreram por acaso. O procedimento compara aquilo que foi efetivamente observado na amostra com aquilo que seria esperado caso não houvesse relação entre as variáveis analisadas. Se as diferenças entre valores observados e esperados forem pequenas, conclui-se que as variações podem ser atribuídas à aleatoriedade. Se forem maiores do que o esperado sob a hipótese de independência, o teste indica que há evidência estatística de associação entre as variáveis.

ÇÃO DE 76%
OS GRAVES DE
O DE DIREITOS*

ÇÃO DE +20%
CE DE POBREZA
ENSIONAL*

ÇÃO D
RO DE F
S NÃO V

**TECER REDES.
IMPULSIONAR
VIDAS.
FORTALECER
TERRITÓRIOS**

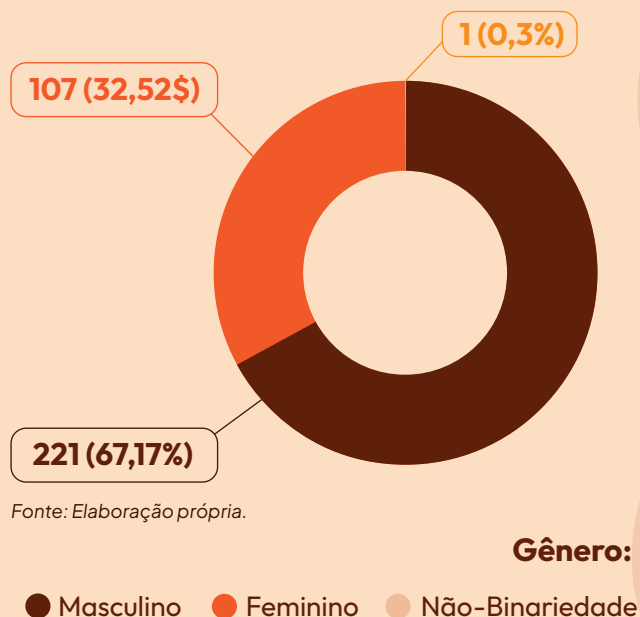


AMOSTRA

A amostra revelou **heterogeneidade relevante em termos de gênero, faixa etária, perfil institucional e origem regional**, o que reforça a adequação do plano amostral adotado para a investigação das percepções dos diferentes públicos presentes na Expositram 2025.

No que se refere ao gênero, observou-se predominância de participantes do sexo masculino, que corresponderam a 67,17% da amostra (n = 221). As participantes do sexo feminino representaram 32,52% dos respondentes (n = 107), enquanto um percentual residual (0,3%) informou não binariedade. Essa distribuição reflete, em grande medida, a composição historicamente masculinizada do setor mineral, ao mesmo tempo em que evidencia a presença significativa de mulheres no evento e no debate sobre responsabilidade social corporativa e investimento social privado.

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA POR SEXO



Em relação à faixa etária, a amostra concentrou-se majoritariamente em indivíduos em idade economicamente ativa. Os participantes com idades entre 40 e 59 anos representaram o grupo mais numeroso (42,55%), seguidos pelos respondentes de 25 a 39 anos (41,95%). As faixas etárias mais jovens e mais avançadas apresentaram menor participação relativa: 18 a 24 anos corresponderam a 8,81% da amostra, enquanto participantes com 60 anos ou mais representaram 6,69%. Esse perfil etário sugere forte presença de profissionais com trajetória consolidada no setor, potencialmente com maior capacidade de influência sobre decisões estratégicas e práticas institucionais relacionadas à RSC e ao ISP.

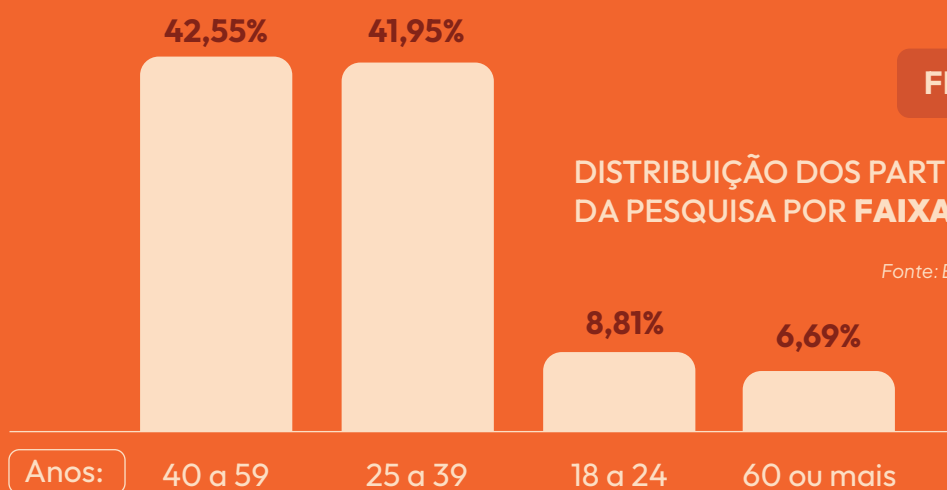


FIGURA 2:

DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA POR FAIXA ETÁRIA

Quanto ao **perfil institucional dos participantes**, observou-se clara **predominância de executivos e profissionais do setor mineral**, que corresponderam a **55,62%** da amostra, confirmando o caráter técnico e empresarial do público presente no evento. **O grupo classificado como Outro representou 21,28%**, indicando diversidade de vínculos institucionais não diretamente enquadrados nas categorias previamente definidas. **Estudantes e pesquisadores corresponderam a 11,85%**, sinalizando a presença de um público acadêmico interessado nas dinâmicas do setor mineral.

FIGURA 3:

DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA POR PERFIL PROFISSIONAL

Fonte: Elaboração própria.

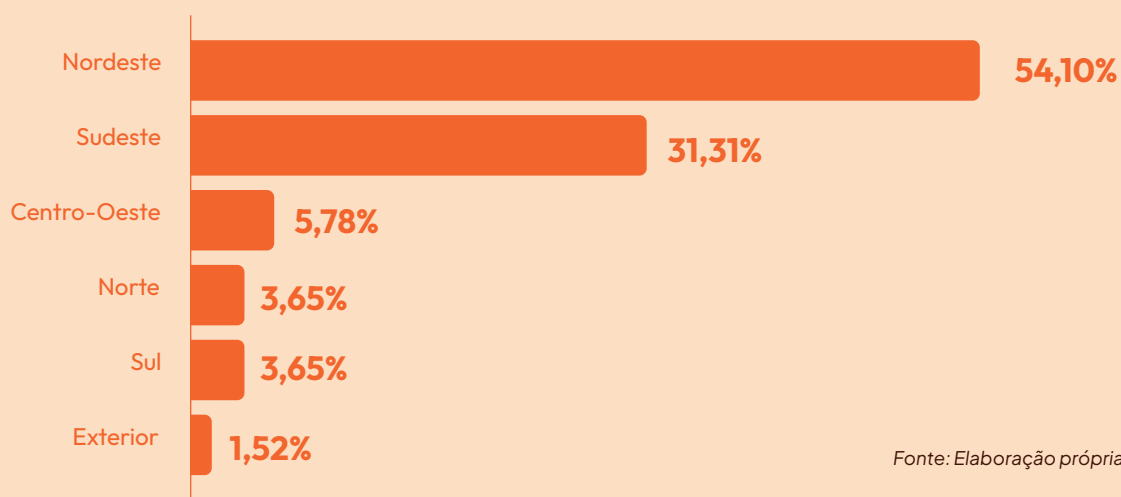


Os **representantes de comunidades perfizeram 5,47%** da amostra, enquanto **os representantes do setor público corresponderam a 3,95%**. Por fim, **organizações da sociedade civil e ONGs representaram 1,82% dos respondentes**. Embora minoritários em termos percentuais, esses grupos são estratégicos para a análise das percepções sobre RSC e ISP, dada sua atuação direta em territórios impactados pela atividade mineradora.

No que diz respeito à **origem regional**, a amostra apresentou **maior concentração de participantes oriundos da Região Nordeste, que representaram 54,10% do total de respondentes**, resultado influenciado pela realização do evento em **Salvador (BA)**.

A **Região Sudeste** apareceu como **a segunda mais representada, com 31,31%**, refletindo o peso econômico e institucional dessa região no setor mineral brasileiro. **As regiões Centro-Oeste (5,78%), Norte (3,65%) e Sul (3,65%) apresentaram participações menores**, porém relevantes para assegurar diversidade territorial na análise. Adicionalmente, **1,52% dos participantes declararam origem no exterior**, evidenciando o alcance internacional do evento.

FIGURA 4: DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA POR REGIÃO BRASILEIRA



Fonte: Elaboração própria.

★ INSPIRAR PESSOAS
★ CRIAR NOVOS FUTUROS
★ INCLUIR E TRANSFORMAR

De forma geral, a caracterização da amostra indica que o levantamento captou um público predominantemente composto por **profissionais e decisores do setor mineral, com diversidade etária, institucional e regional**, o que confere robustez à análise das percepções sobre responsabilidade social corporativa e investimento social privado.

A combinação entre a predominância de atores do setor produtivo e a presença, ainda que minoritária, de representantes de comunidades, academia, setor público e organizações da sociedade civil permite uma leitura plural e qualificada dos resultados.

RESULTADOS

ANÁLISE DOS DADOS:

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO DO SETOR MINERAL

A análise dos dados foi conduzida em **duas etapas complementares**. Inicialmente, realizou-se uma análise descritiva, **por meio de tabelas de frequência, representações gráficas e medidas-resumo, como médias, proporções e distribuições percentuais**, com o objetivo de caracterizar o perfil da amostra e explorar os padrões gerais de resposta (Triola, 2017; Wooldridge, 2020).

Em seguida, **foram empregadas técnicas de inferência estatística, incluindo testes de hipóteses**, com o intuito de avaliar associações e diferenças estatisticamente significativas entre grupos de respondentes, conforme sexo, região e perfil institucional. A utilização dessas ferramentas permitiu avançar da descrição para a análise inferencial, contribuindo para uma interpretação mais robusta das percepções dos participantes sobre RSC e ISP no setor mineral.

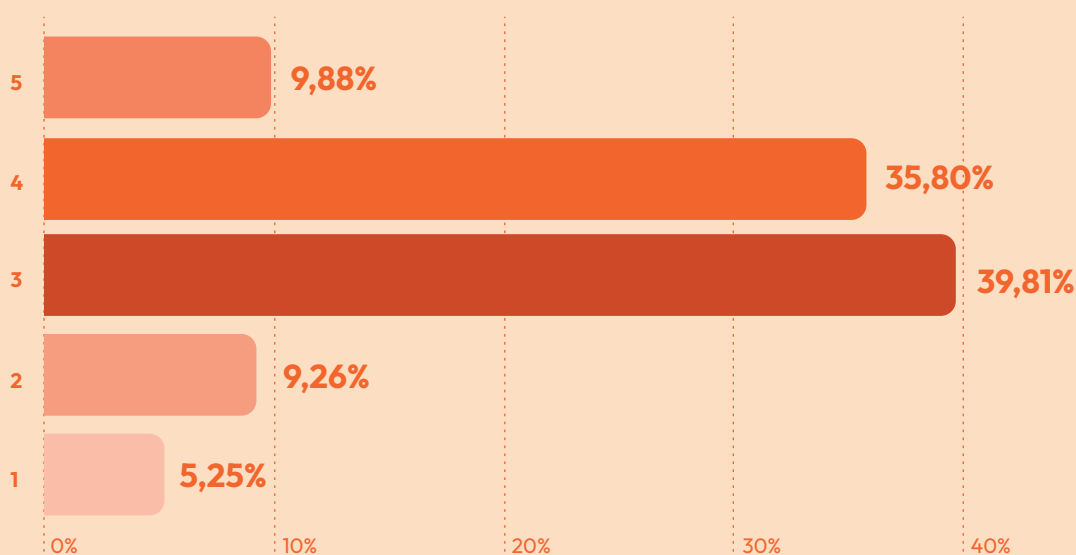
Os resultados da análise subsidiam discussões empíricas sobre **expectativas, prioridades e avaliações** dos *stakeholders*, oferecendo evidências relevantes para o aprimoramento das estratégias de **impacto social corporativo e para o fortalecimento do diálogo entre empresas, organizações sociais e comunidades**.

Ao serem questionados **“Em uma escala de 1 a 5, como você avalia o compromisso das mineradoras com a responsabilidade social corporativa?”**, os participantes demonstraram uma percepção predominantemente intermediária a moderadamente positiva. A maior **concentração de respostas situou-se na nota 3, que correspondeu a 39,81% da amostra**, indicando que a avaliação dominante é de um compromisso percebido como regular. **As avaliações positivas, representadas pelas notas 4 (35,80%) e 5 (9,88%), somaram 45,68%, sugerindo que parcela expressiva dos respondentes reconhece avanços nas práticas de responsabilidade social corporativa do setor mineral.**

FIGURA 5:

DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS À PERGUNTA

“EM UMA ESCALA DE 1 A 5, COMO VOCÊ AVALIA O COMPROMISSO DAS MINERADORAS COM A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA?”



Fonte: Elaboração própria.

Em contraste, as **avaliações negativas — correspondentes às notas 1 (5,25%) e 2 (9,26%) — totalizaram 14,51%**, revelando a presença de uma percepção crítica relevante, ainda que minoritária. Esse padrão sugere cautela na avaliação do setor, possivelmente associada à heterogeneidade das práticas empresariais e à complexidade dos impactos gerados pela atividade mineradora nos territórios.

Quando indagados “Na sua opinião, quais dos seguintes elementos são fundamentais para a Responsabilidade Social Corporativa no setor da mineração?”, os respondentes atribuíram maior importância à gestão ambiental, assinalada por 63,83% dos participantes, confirmando o papel central dessa dimensão em um setor caracterizado por impactos diretos sobre o meio ambiente.

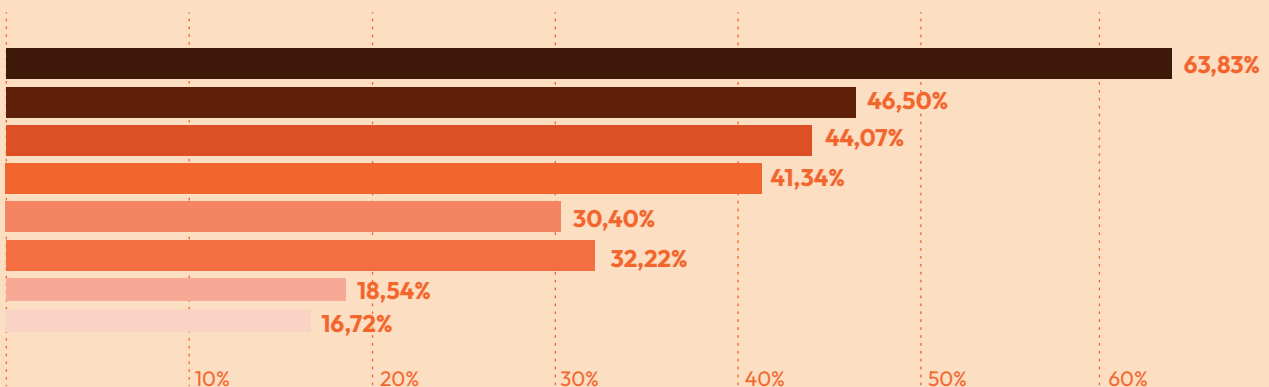
Em seguida, destacaram-se a geração de renda (46,50%) e a relação com as comunidades locais (44,07%), evidenciando que os aspectos socioeconômicos e territoriais ocupam posição central nas expectativas dos *stakeholders*. Os investimentos sociais também foram apontados como fundamentais por 41,34% dos respondentes, indicando reconhecimento da relevância de ações estruturadas voltadas ao desenvolvimento local.

Dimensões como direitos humanos (30,40%) e ética e transparência (32,22%) apareceram com menor frequência relativa, enquanto inovação e economia circular (18,54%) e inclusão social e diversidade (16,72%) foram menos mencionadas, sugerindo que essas agendas, embora relevantes, ainda não são percebidas como prioritárias ou suficientemente consolidadas no setor mineral.

FIGURA 6:

DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS À PERGUNTA

“NA SUA OPINIÃO, QUAIS DOS SEGUINTE ELEMENTOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO SETOR DA MINERAÇÃO?”



- Gestão Ambiental
- Gestão de Renda
- Relação com as Comunidades Locais
- Investimentos Sociais
- Direitos Humanos
- Ética e Transparência
- Inovação e Economia Circular
- Inclusão Social e Diversidade

Fonte: Elaboração própria.

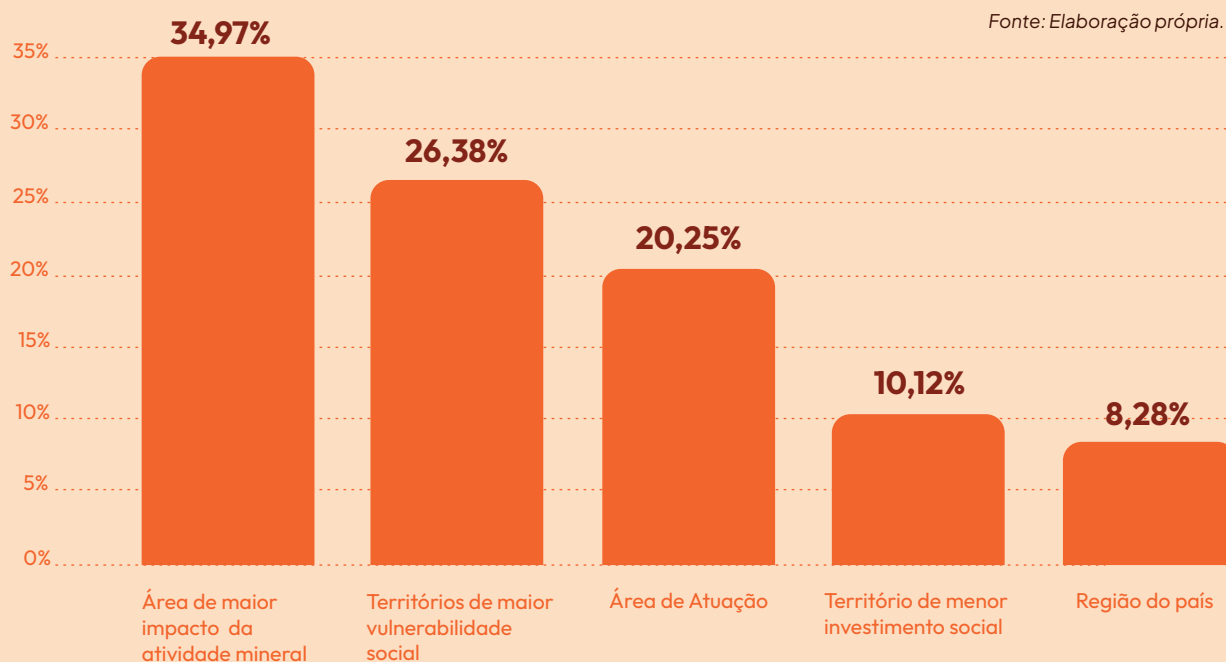
Ao responderem à pergunta “Qual critério é mais relevante para uma melhor distribuição dos investimentos das mineradoras em projetos sociais no Brasil?”, os participantes indicaram clara preferência por critérios associados ao impacto territorial da atividade. O critério **área de maior impacto da atividade mineral** foi apontado por 34,97% dos respondentes, configurando-se como o mais relevante.

Em seguida, **territórios de maior vulnerabilidade social** foram mencionados por **26,38%**, reforçando a expectativa de que os investimentos sociais sejam direcionados a contextos de maior fragilidade socioeconômica. O critério **área de atuação da empresa** apareceu em **terceiro lugar (20,25%)**, enquanto critérios mais amplos, como **territórios de menor investimento social (10,12%)** e **região do país (8,28%)**, receberam menor apoio, indicando preferência por uma lógica de alocação focalizada, orientada pela responsabilidade sobre os impactos gerados.

FIGURA 7:

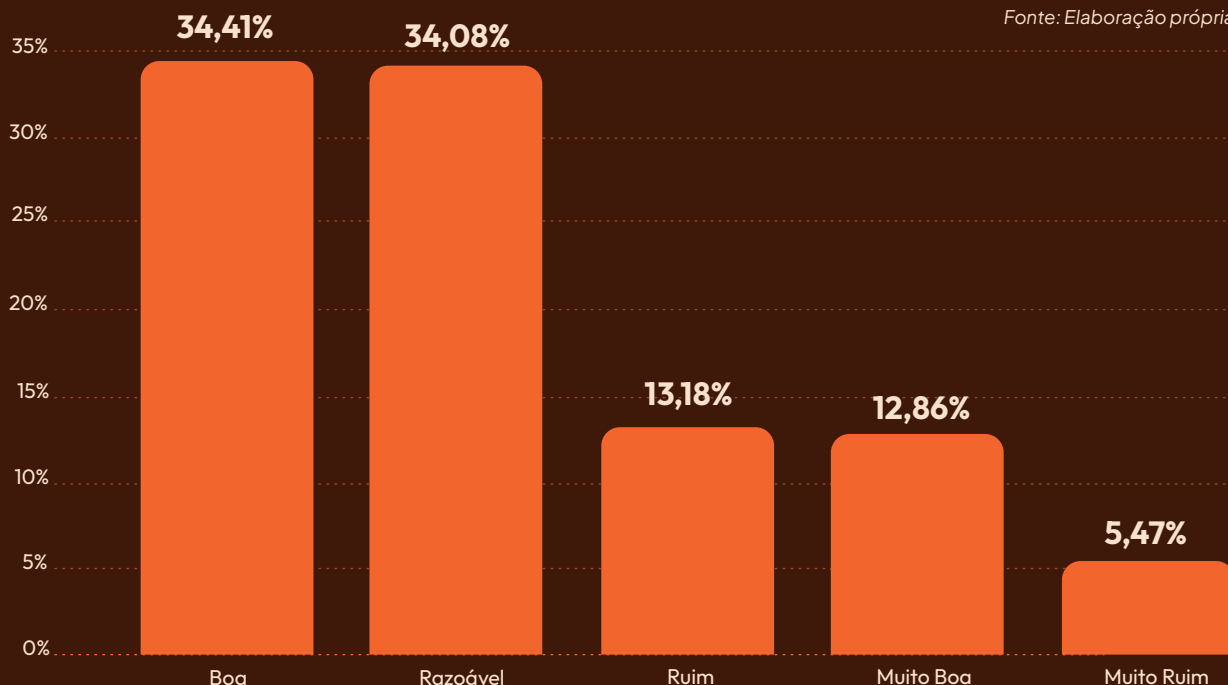
DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS À PERGUNTA

“QUAL CRITÉRIO É MAIS RELEVANTE PARA UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DAS MINERADORAS EM PROJETOS SOCIAIS NO BRASIL?”



Por fim, ao serem questionados “Como você avalia a comunicação das mineradoras em relação à sua atuação social?”, os participantes expressaram uma percepção majoritariamente intermediária. As categorias “Boa” (34,41%) e “Razoável” (34,08%) concentraram a maior parte das respostas, sugerindo que a comunicação institucional é percebida como adequada, porém com espaço significativo para aprimoramentos.

A avaliação mais positiva (“Muito Boa”) correspondeu a 12,86%, enquanto as avaliações negativas (“Ruim” – 13,18% e “Muito Ruim” – 5,47%) totalizaram 18,65%, indicando que uma parcela relevante dos respondentes identifica fragilidades na clareza, na transparência ou na efetividade da comunicação das ações sociais desenvolvidas pelas mineradoras.

FIGURA 8:**DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS À PERGUNTA
“COMO VOCÊ AVALIA A COMUNICAÇÃO DAS
MINERADORAS EM RELAÇÃO À SUA ATUAÇÃO SOCIAL?”**

Em síntese, os resultados apontam para uma percepção de avanços graduais na responsabilidade social corporativa do setor mineral, acompanhados de expectativas crescentes quanto à centralidade da gestão ambiental, à focalização territorial dos investimentos sociais e ao aprimoramento da comunicação institucional.

PROFISSIONAIS X NÃO PROFISSIONAIS

Com a finalidade de investigar possíveis diferenças de percepção entre profissionais e executivos do setor mineral e não profissionais (estudantes, pesquisadores, representantes da sociedade civil, entre outros), foram realizadas análises comparativas para questões centrais do estudo.

Para essas análises, empregou-se o **teste qui-quadrado de comparação de proporções**, técnica estatística não paramétrica amplamente utilizada para verificar se a distribuição das respostas difere de forma estatisticamente significativa entre grupos independentes (Cochran, 1977; Triola, 2017). **O teste avalia a hipótese nula de que não há diferença na distribuição das respostas entre os grupos, sendo rejeitada quando o valor de p é inferior ao nível de significância adotado.**

Ao comparar as respostas à pergunta “**Em uma escala de 1 a 5, como você avalia o compromisso das mineradoras com a responsabilidade social corporativa?**”, observa-se um padrão claramente distinto entre profissionais do setor mineral e não profissionais. Entre os **não profissionais**, há maior concentração de respostas nas categorias **intermediárias e negativas, com destaque para a nota 3 (44,52%)**, seguida pelas **notas 2 (12,33%) e 1 (8,90%)**, indicando uma percepção predominantemente cautelosa ou crítica em relação ao compromisso das mineradoras com a RSC.

Em contraste, **os profissionais do setor mineral** apresentaram maior concentração de respostas nas **avaliações positivas**, especialmente nas **notas 4 (43,87%) e 5 (12,02%)**, **além de menor incidência de avaliações negativas**. Esse padrão sugere que os profissionais do setor tendem a avaliar de forma mais favorável o desempenho das mineradoras em responsabilidade social corporativa, possivelmente em função de maior proximidade com as práticas internas, estratégias institucionais e limitações operacionais do setor.

O teste qui-quadrado de comparação de proporções indicou que essa diferença na distribuição das respostas é estatisticamente significativa ao nível de 1% ($p < 0,01$), levando à rejeição da hipótese nula de igualdade entre os grupos. Esse resultado evidencia que a percepção sobre o compromisso com a RSC varia sistematicamente de acordo com o vínculo do respondente com o setor mineral.

TABELA 01

TESTE QUI-QUADRADO DE COMPARAÇÃO DE PROPORÇÕES

Respostas de Profissionais e Não Profissionais sobre a Avaliação do Compromisso das Mineradoras com a Responsabilidade Social			
Avaliação do Compromisso c/ RSC	Não Profissional	Profissional	TOTAL
0	2,74%	0,55%	1,52%
1	8,90%	2,19%	5,17%
2	12,33%	6,56%	9,12%
3	44,52%	34,97%	39,21%
4	24,66%	43,87%	35,26%
5	6,85%	12,02%	9,73%
Teste Qui-Quadrado		p-valor = 0,00	

Fonte: Elaboração própria.

Diferenças estatisticamente significantes também foram identificadas na comparação das respostas à pergunta **“Qual critério é mais relevante para uma melhor distribuição dos investimentos das mineradoras em projetos sociais no Brasil?”**. Entre os **profissionais do setor mineral**, observa-se maior valorização de critérios relacionados à **área de atuação da empresa (43,87%)** e à **área de maior impacto da atividade mineral (33,33%)**, indicando uma lógica de alocação fortemente associada à territorialidade operacional e à gestão direta dos impactos gerados pela atividade.

Por outro lado, os **não profissionais** demonstraram maior ênfase em critérios ligados à **vulnerabilidade social dos territórios**, com destaque para **territórios de maior vulnerabilidade social (26,14%)**, além de menor alinhamento com critérios estritamente operacionais. Esse padrão sugere que os respondentes externos ao setor tendem a priorizar uma lógica distributiva orientada por necessidades sociais e desigualdades territoriais, enquanto os profissionais do setor enfatizam critérios relacionados à responsabilidade direta sobre áreas impactadas e à governança operacional.

O teste qui-quadrado aplicado a essa distribuição também resultou em p-valor inferior a 0,01, confirmando que as diferenças observadas entre profissionais e não profissionais são estatisticamente significantes ao nível de 1%.

TABELA 02

TESTE QUI-QUADRADO DE COMPARAÇÃO DE PROPORÇÕES

Respostas de Profissionais e Não Profissionais sobre os **Critérios de Distribuição de Investimentos das Mineradoras com a Responsabilidade Social Corporativa**

Critérios de Distribuição de Investimentos	Não Profissional	Profissional	TOTAL
Outro	1,37%	0,55%	0,91%
Região do País	4,79%	10,93%	8,21%
Território de Maior Vulnerabilidade	12,33%	6,56%	26,14%
Território de Menor Investimento	44,52%	34,97%	10,03%
Área de Atuação	24,66%	43,87%	20,06%
Área de Maior Impacto	36,30%	33,33%	34,65%
Teste Qui-Quadrado	p-valor = 0,00		

Fonte: Elaboração própria.

Emergências Climáticas e o Papel do Investimento Social do Setor Mineral

Ao serem questionados “**Como o setor mineral poderia contribuir de forma mais efetiva para a prevenção e preparação das comunidades diante de emergências climáticas?**”, os participantes apontaram como principal estratégia **o investimento em infraestrutura resiliente, como escolas, abrigos e equipamentos de saúde, opção assinalada por 27,22% dos respondentes**. Esse resultado indica que a percepção dominante associa a **atuação mais efetiva do setor mineral à oferta de estruturas físicas capazes de reduzir vulnerabilidades e ampliar a capacidade de resposta das comunidades a eventos extremos**.

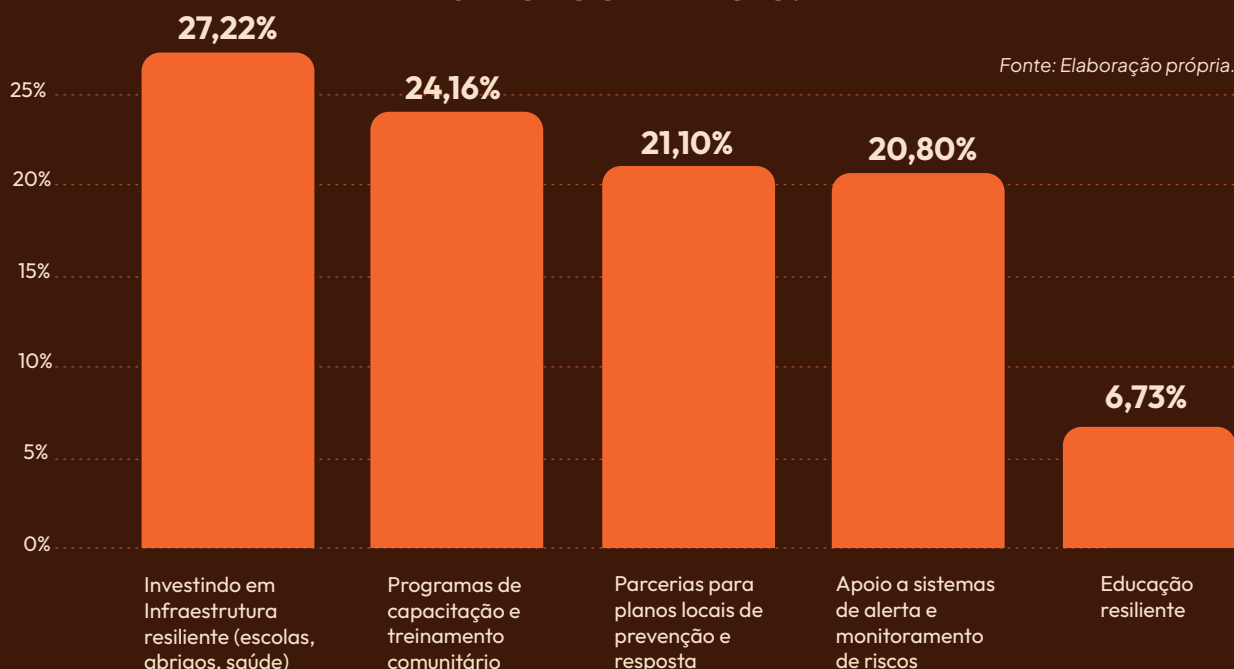
Em seguida, destacaram-se os **programas de capacitação e treinamento comunitário (24,16%)**, sugerindo que o fortalecimento das capacidades locais e do capital humano é visto como componente essencial da preparação frente às emergências climáticas. As parcerias para a elaboração de **planos locais de prevenção e resposta (21,10%)** e o **apoio a sistemas de alerta e monitoramento de riscos (20,80%)** também apresentaram percentuais elevados e relativamente próximos, indicando que os participantes reconhecem a importância de ações coordenadas, preventivas e baseadas em informação.

Por outro lado, a **educação resiliente foi apontada por apenas 6,73%**, o que pode sinalizar que essa dimensão, embora relevante no longo prazo, ainda é percebida como **menos imediata ou menos tangível** no contexto das emergências climáticas.

FIGURA 9:

DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS À PERGUNTA

“COMO O SETOR MINERAL PODERIA CONTRIBUIR DE FORMA MAIS EFETIVA PARA A PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO DAS COMUNIDADES DIANTE DE EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS?”



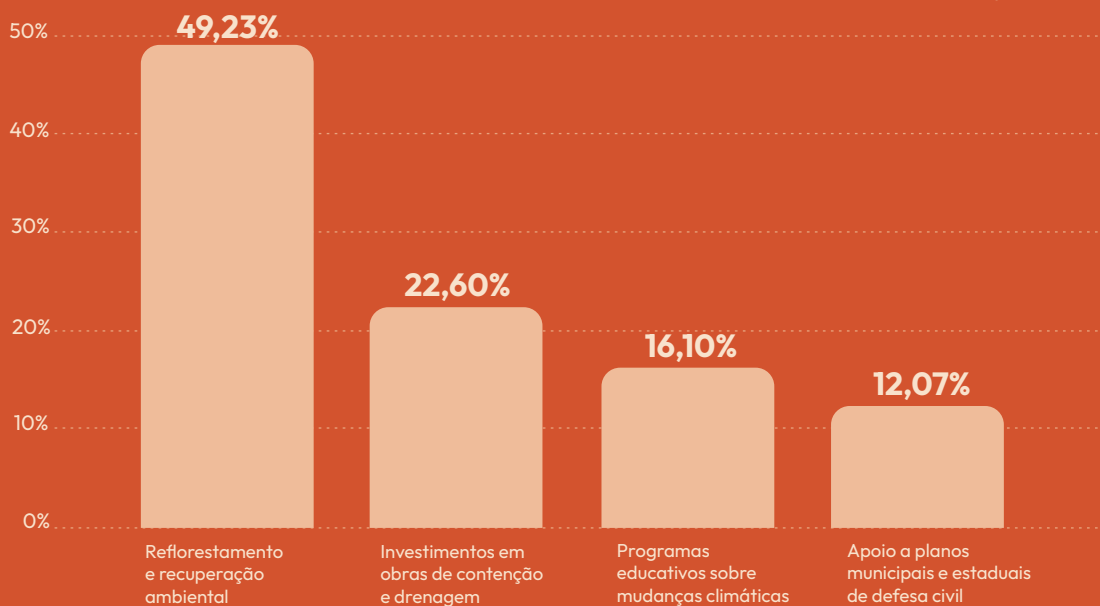
Quando indagados **“Na sua opinião, qual deve ser a prioridade nº 1 das mineradoras em relação à prevenção de riscos climáticos?”**, os respondentes atribuíram clara centralidade ao reflorestamento e à recuperação ambiental, opção escolhida por 49,23% da amostra. Esse resultado evidencia uma forte expectativa de que as mineradoras atuem de forma direta na mitigação dos impactos ambientais e na restauração de ecossistemas degradados, reconhecendo a relação entre degradação ambiental e intensificação dos riscos climáticos.

A segunda prioridade mais mencionada foi o investimento em obras de contenção e drenagem (22,60%), indicando preocupação com intervenções estruturais voltadas à redução de riscos, especialmente em áreas suscetíveis a deslizamentos, enchentes e outros eventos extremos. Em menor proporção, os participantes apontaram programas educativos sobre mudanças climáticas (16,10%) e apoio a planos municipais e estaduais de defesa civil (12,07%), sugerindo que, embora reconhecidas, essas ações são percebidas como complementares às intervenções ambientais e estruturais.

FIGURA 10:

**DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS À PERGUNTA
“NA SUA OPINIÃO, QUAL DEVE SER A PRIORIDADE
Nº 1 DAS MINERADORAS EM RELAÇÃO À
PREVENÇÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS?”**

Fonte: Elaboração própria.

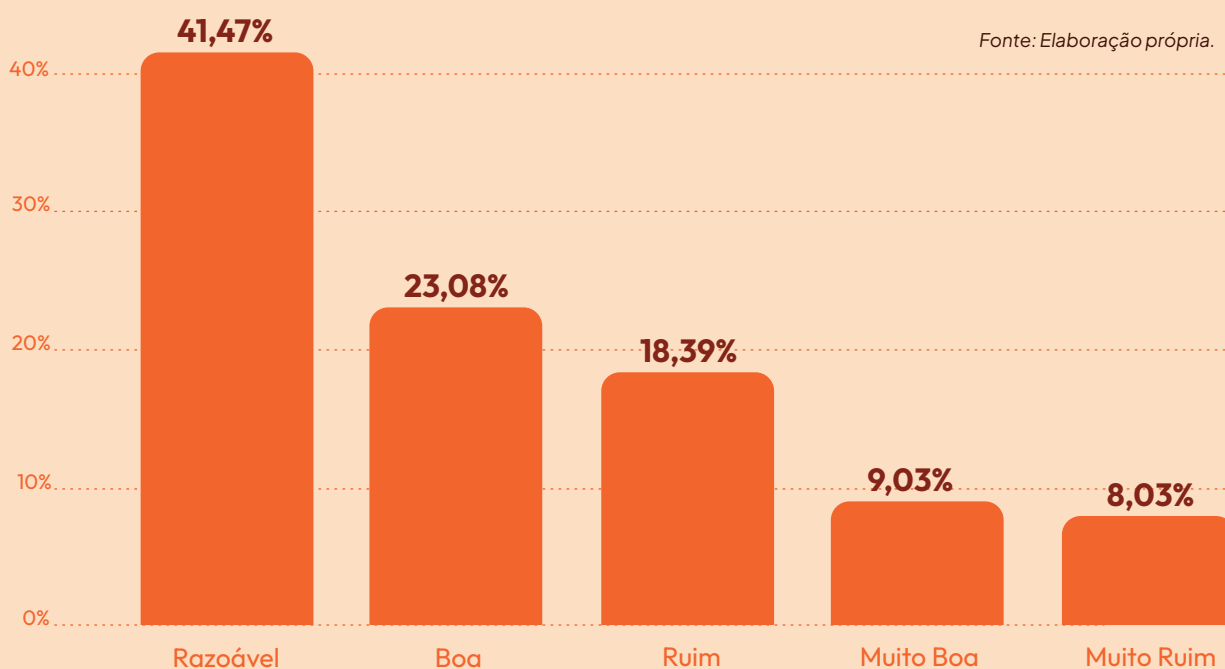


Ao responderem à pergunta **“Como você avalia a comunicação das mineradoras com as comunidades sobre riscos ambientais e climáticos?”**, os participantes expressaram uma percepção **predominantemente intermediária**. A categoria **“Razoável”** concentrou a maior parcela das respostas (41,47%), seguida por **“Boa”** (23,08%). As avaliações negativas (**“Ruim”** – 18,39% e **“Muito Ruim”** – 8,03%) totalizaram 26,42%, percentual superior ao observado para avaliações positivas mais enfáticas (**“Muito Boa”** – 9,03%).

Esse padrão indica que a comunicação das mineradoras sobre riscos ambientais e climáticos é percebida como insuficientemente consistente ou efetiva por uma parcela significativa dos respondentes, sugerindo fragilidades no diálogo, na transparência ou na adequação das estratégias comunicacionais às realidades locais.

FIGURA 11:

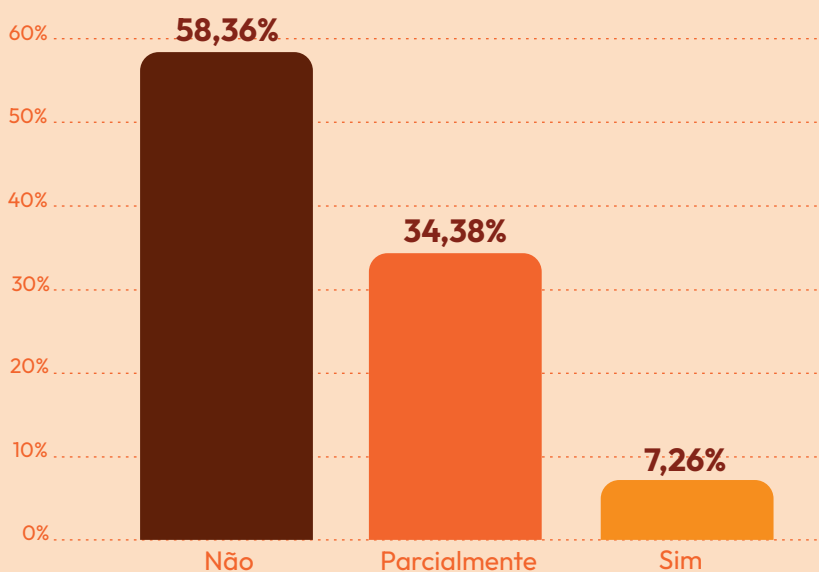
**DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS À PERGUNTA
“COMO VOCÊ AVALIA A COMUNICAÇÃO DAS
MINERADORAS COM AS COMUNIDADES SOBRE
RISCOS AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS?”**



Por fim, ao serem questionados sobre a indagação **“Você acredita que as comunidades nos territórios mineradores estão preparadas para lidar com emergências climáticas?”**, a maioria expressiva dos respondentes manifestou-se negativamente. A opção **“Não”** foi assinalada por 58,36% da amostra, enquanto 34,38% indicaram que as comunidades estão parcialmente preparadas. Apenas 7,26% dos participantes afirmaram que as comunidades estão efetivamente preparadas. Esse resultado evidencia uma percepção generalizada de baixa capacidade de resposta comunitária frente às emergências climáticas, reforçando a urgência de ações estruturadas de prevenção, capacitação e fortalecimento institucional nos territórios afetados pela mineração.

FIGURA 12:

**DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS À PERGUNTA
“VOCÊ ACREDITA QUE AS COMUNIDADES
NOS TERRITÓRIOS MINERADORES ESTÃO
PREPARADAS PARA LIDAR COM
EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS?”**



Fonte: Elaboração própria.

De forma integrada, os resultados dessas quatro questões revelam que os participantes atribuem ao setor mineral um papel relevante e ativo na prevenção e preparação frente às emergências climáticas, especialmente por meio de investimentos ambientais, infraestrutura resiliente e fortalecimento das capacidades locais. Ao mesmo tempo, a percepção de fragilidades na comunicação e na preparação das comunidades aponta para a necessidade de estratégias mais coordenadas, transparentes e territorialmente sensíveis, capazes de alinhar as ações das mineradoras às expectativas e às necessidades dos diferentes públicos envolvidos.

Profissionais x Não Profissionais

Ao comparar as respostas à pergunta **“Como o setor mineral poderia contribuir de forma mais efetiva para a prevenção e preparação das comunidades diante de emergências climáticas?”**, observa-se que profissionais e não profissionais apresentam padrões de resposta bastante semelhantes. Em ambos os grupos, destacam-se como principais formas de contribuição o investimento em infraestrutura resiliente, os programas de capacitação e treinamento comunitário e o apoio a sistemas de alerta e monitoramento de riscos, ainda que com pequenas variações percentuais.

Entre os não profissionais, o investimento em infraestrutura resiliente aparece com maior peso relativo (32,88%), enquanto, entre os profissionais, observa-se maior ênfase em programas de capacitação e treinamento (26,78%) e em parcerias para planos locais de prevenção e resposta (22,95%). Apesar dessas diferenças pontuais, o teste qui-quadrado de comparação de proporções não indicou diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($p = 0,157$), sugerindo que as variações observadas podem ser atribuídas ao acaso.

Esse resultado indica que, independentemente do vínculo com o setor mineral, há convergência nas percepções quanto às estratégias consideradas mais eficazes para a preparação das comunidades frente às emergências climáticas, com destaque para ações estruturais, capacitação local e mecanismos de prevenção.

TABELA 03

TESTE QUI-QUADRADO DE COMPARAÇÃO DE PROPORÇÕES

Respostas de Profissionais e Não Profissionais sobre a **Contribuição do Setor Mineral na Prevenção e Preparo diante de Emergências Climáticas**

Contribuição na Prevenção e Preparo diante de Emergências Climáticas	Não Profissional	Profissional	TOTAL
Apoio a Sistemas de Alerta e Monitoramento de Riscos	20,55%	20,77%	20,67%
Educação Resiliente	6,16%	7,10%	6,69%
Investimento em Infraestrutura Resiliente	32,88%	22,40%	27,05%
Parcerias para Planos Locais de Prevenção e Resposta	18,49%	22,95%	27,05%
Programas de Capacitação e Treinamento	22,55%	26,78%	24,01%
Outro	1,37%	0,00%	0,61%
Teste Qui-Quadrado			p-valor = 0,157

Fonte: Elaboração própria.

Análise semelhante foi realizada para a pergunta “**Qual deve ser a prioridade número 1 das mineradoras em relação à prevenção de riscos climáticos?**”. Em ambos os grupos, observa-se clara predominância da opção reflorestamento e recuperação ambiental, apontada por 53,42% dos não profissionais e 44,26% dos profissionais, evidenciando forte consenso quanto à centralidade das ações ambientais na mitigação de riscos climáticos.

As demais opções apresentaram distribuições relativamente próximas entre os dois grupos, com diferenças percentuais modestas. O teste qui-quadrado aplicado a essa distribuição resultou em $p = 0,414$, valor que indica ausência de diferença estatisticamente significativa entre profissionais e não profissionais.

TABELA 04

TESTE QUI-QUADRADO DE COMPARAÇÃO DE PROPORÇÕES

Respostas de Profissionais e Não Profissionais sobre Prioridade em relação à Prevenção de Riscos Climáticos

Prioridade em relação à Prevenção de Riscos Climáticos	Não Profissional	Profissional	TOTAL
Apoio a Planos Municipais e Estaduais de Defesa Civil	10,27%	13,11%	11,85%
Investimentos em Obras de Contenção e Drenagem	18,49%	25,14%	22,19%
Programas Educativos sobre Mudanças Climáticas	16,44%	15,30%	15,81%
Reflorestamento e Recuperação Ambiental	53,42%	44,26%	48,33%
Outro	1,37%	2,19%	1,82%

Teste Qui-Quadrado

p-valor = 0,41

Fonte: Elaboração própria.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados revelam **avaliação predominantemente intermediária a moderadamente positiva** do compromisso das empresas com a responsabilidade social. **A gestão ambiental** aparece como principal dimensão associada à **RSC, seguida por iniciativas de investimento social**.

Em relação à **distribuição dos investimentos sociais, há preferência clara pela priorização de territórios** diretamente impactados pelas operações. Observam-se divergências pontuais entre profissionais do setor e não profissionais quanto ao grau de concentração territorial e à avaliação do desempenho atual das empresas.

Quanto à **emergência climática**, os respondentes destacam como **prioritárias ações de reflorestamento, recuperação ambiental, adaptação de infraestruturas e redução de riscos**. Apesar disso, a percepção sobre a preparação das comunidades frente a eventos extremos é considerada insuficiente, indicando lacuna entre expectativa social e implementação prática.

De modo geral, **os resultados apontam convergência significativa sobre a importância da agenda climática e da responsabilidade social estruturada**, reforçando a centralidade desses temas na estratégia do setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS / RECOMENDAÇÕES

O estudo evidencia que o setor mineral é reconhecido como ator relevante na agenda socioambiental, mas enfrenta expectativas crescentes quanto à integração efetiva entre responsabilidade social, investimento privado e enfrentamento da emergência climática.

A transparência constitui um elemento estruturante para o fortalecimento da legitimidade, da credibilidade e da efetividade do Investimento Social Privado (ISP). Para que essas iniciativas sejam reconhecidas como socialmente relevantes no contexto brasileiro, é imprescindível a adoção de práticas sistemáticas de divulgação clara, acessível e responsável das ações desenvolvidas, dos critérios de tomada de decisão e dos resultados alcançados na promoção de transformações sociais. A publicização de relatórios de atividades, demonstrações financeiras e pareceres de auditoria independente deve ser compreendida não apenas como uma exigência de *accountability*, mas como um instrumento estratégico de fortalecimento institucional, aprendizado organizacional e diálogo com a sociedade.

Levantamento realizado pelo Gife, em abril de 2013, indicou que apenas 19% das organizações associadas disponibilizavam, em seus próprios sites ou nos de suas mantenedoras, relatórios de atividades, demonstrações financeiras e pareceres de auditoria independente referentes ao ano de 2011 documentos considerados essenciais para assegurar a transparência. Embora o tema esteja presente de forma recorrente nos debates sobre o setor, esse dado evidencia a persistência de desafios significativos para a consolidação de uma cultura de transparência, especialmente no que se refere à padronização de informações, à clareza na comunicação dos impactos sociais e à acessibilidade dos conteúdos para diferentes públicos.

Diante desse cenário, recomenda-se o fortalecimento de mecanismos institucionais de governança e prestação de contas, incluindo a adoção de referenciais reconhecidos de reporte, como diretrizes ESG, indicadores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e *frameworks* de avaliação de impacto social.

A sistematização e a divulgação periódica de informações qualificadas contribuem para ampliar a confiança de parceiros, beneficiários e demais partes interessadas, além de favorecer processos de avaliação, comparação e aprimoramento contínuo das práticas de investimento social.

Adicionalmente, conforme apontam Degenszajh e Ribeiro (2013), para que o setor de Investimento Social Privado alcance maior abrangência e legitimidade social, torna-se fundamental que seus recursos sejam distribuídos de forma mais equilibrada, considerando múltiplas dimensões do desenvolvimento social. Essa perspectiva requer uma abordagem sistêmica que incorpore dimensões temáticas, territoriais, populacionais, institucionais e estratégicas, superando lógicas excessivamente concentradas e fragmentadas de investimento.

Os autores destacam que a concentração histórica dos recursos em áreas como educação, formação de jovens e geração de trabalho e renda, sobretudo na região Sudeste e voltadas prioritariamente a crianças e jovens, tende a restringir o alcance das ações e a limitar a sustentabilidade das organizações da sociedade civil em outras regiões e campos de atuação. Nesse sentido, recomenda-se a diversificação dos investimentos, com maior atenção a territórios vulnerabilizados, a grupos historicamente sub-representados e a temáticas emergentes, como adaptação climática, fortalecimento comunitário, justiça socioambiental e desenvolvimento territorial sustentável. Há uma tendência de expansão e diversificação do setor, mas crescimento e variedade, por si só, não asseguram a relevância nem a legitimidade do investimento social.

Para que isso ocorra, torna-se indispensável investir no aprimoramento das práticas de gestão e governança, no fortalecimento da transparência, em estratégias de comunicação mais eficazes sobre as ações realizadas e na construção de parcerias com novos modelos de investimento e com o poder público. Sobretudo, é fundamental que o Investimento Social se reconheça como um campo organizado e invista de forma consistente na qualificação e no fortalecimento do setor como um todo.

Por fim, a ampliação da diversidade temática, geográfica e institucional do Investimento Social Privado deve ser acompanhada do fortalecimento de parcerias intersetoriais e do apoio ao desenvolvimento institucional das organizações da sociedade civil, reconhecendo seu papel estratégico na implementação de políticas sociais, na inovação social e na promoção de soluções territorialmente enraizadas. Essa combinação entre transparência, diversificação estratégica e fortalecimento institucional é condição central para consolidar o Investimento Social Privado como um campo legítimo, relevante e capaz de contribuir de forma estruturante para o desenvolvimento social sustentável no país.

EM SÍNTESE, RECOMENDA-SE:

1. FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Ampliação de relatórios públicos, auditorias independentes e alinhamento a padrões internacionais de sustentabilidade.

2. TERRITORIALIZAÇÃO ESTRATÉGICA DOS INVESTIMENTOS

Priorização de territórios diretamente impactados e de regiões socioambientalmente vulneráveis.

3. INTEGRAÇÃO ESTRUTURADA DA AGENDA CLIMÁTICA AO INVESTIMENTO SOCIAL

Incorporação de ações de adaptação climática, redução de riscos e recuperação ambiental como eixos permanentes do ISP.

4. PARCERIAS INSTITUCIONAIS DURADOURAS

Fortalecimento de organizações da sociedade civil e construção de redes colaborativas para ampliar impacto e legitimidade.

O Investimento Social Privado no setor mineral tende a se consolidar como instrumento estratégico de responsabilidade corporativa e desenvolvimento sustentável, desde que acompanhado de governança consistente, compromisso territorial e integração efetiva da agenda climática.

BIBLIOGRAFIA

AGRESTI, Alan. **Categorical Data Analysis**. 3. ed. Hoboken: Wiley, 2013.

BAMBIRRA, L. Para além do desenvolvimento extrativista: resistências e produção de conhecimentos a partir do território-corpo-terra. In: BELINELLI, L.; CARVALHO, P. D. (org.). **Saberes, sujeitos e políticas: temas emergentes em desenvolvimento, agricultura e sociedade**. 20. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2024. p. 65–.

DEBONI, F. **Investimento social privado no Brasil: tendências, desafios e potencialidades**. Distrito Federal, v. 1, n. 1, p. 1–149, jan. 2013.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

GIFE. **Censo GIFE 2011–2012**. São Paulo: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2013.
Disponível em: <http://censo.gife.org.br>.
Acesso em: jan. 2026.

GIFE. **Guia do investimento social privado**. São Paulo: GIFE, 2020.

GIFE. Investimento social privado.
Disponível em: <https://gife.org.br/investimentosocial-privado/>.
Acesso em: jan. 2026.

INPE. **Relatório sobre extremos climáticos no Brasil 2024**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2024.

IPCC. **Sixth Assessment Report: synthesis report**. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023.

OECD. **Climate adaptation and resilience: policy perspectives**. Paris: Organisation Organization for Economic Co-operation and Development, 2023.

ONU. **Marco de Sendai para a redução do risco de desastres 2015–2030**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015b.

INSTITUTO
MONDÔ

UNIÃO/BR

- REDUÇÃO DE 74% NOS CASOS GRAVES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS
- REDUÇÃO DE +28% NO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL
- REDUÇÃO DE 70% NO NÚMERO DE FAMÍLIAS COM CRIANÇAS NÃO VACINADAS

**TECER REDES.
IMPULSIONAR
VIDAS.
FORTALECER
TERRITÓRIOS.**



**SOBRE O
MOVIMENTO
UNIÃO BR**

É uma organização social sem fins lucrativos, que atua no desenvolvimento de ações sociais e culturais em prol da população de baixa renda, visando a melhoria de vida.

**PORTFÓLIO
DE PRODUTOS
SOCIAIS**

- PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E UTILIDADES
- PROJETOS DE SAÚDE
- PROJETOS DE EDUCAÇÃO
- PROJETOS DE CULTURA
- PROJETOS DE EMPREENDEDORISMO
- PROJETOS DE INOVAÇÃO SOCIAL

www.instituto-mondo.org.br



**SOLIDARIEDADE
QUE SALVA E
TRANSFORMA!**

www.uniao.br | uniao.org.br | Movimento União BR

**ATUAMOS EM
TODAS AS FASES DE
UMA EMERGÊNCIA**

- PREVENÇÃO
- RESPONSA
- RECUPERAÇÃO
- RECONSTRUÇÃO
- REINTEGRAÇÃO

- 33 EMERGÊNCIAS CLÍNICAS
- 30 MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS
- R\$400 MILHÕES INVESTIDOS EM SAÚDE



